

# Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital<sup>1</sup>

Guilherme CARVALHO<sup>2</sup>  
Marcelo BRONOSKY<sup>3</sup>

## Resumo

O jornalismo alternativo está presente desde os primórdios do que se entende como jornalismo, observando mais atentamente o contexto brasileiro. Atualmente, há um crescimento significativo de iniciativas de jornalismo alternativo. Com o objetivo de contribuir para o debate a respeito do jornalismo atual, apresentamos um estudo que procura fundamentar o que pode ser entendido como jornalismo alternativo, considerando sua gênese conceitual e os fatores que favorecem sua difusão atualmente. Nesse sentido, trata-se de uma proposta teórica cuja intenção é orientar a percepção sobre o que são essas iniciativas e o que representam.

Palavras-chave: Jornalismo alternativo. Impresso. Digital. Brasil.

21

---

1 Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa em andamento intitulado "Jornalismo alternativo na Era digital", desenvolvido por doutores, mestres, estudantes de graduação e graduados, no Centro Universitário Internacional (Uninter) e também como pesquisa de pós-doutorado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Para a pesquisa, contamos com o apoio financeiro por meio do pagamento de bolsas do Programa de Iniciação Científica (PIC) da Uninter.

2 Doutor pela Unesp e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Possui pós-graduação (lato sensu) em Comunicação, Cultura e Arte pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2013) e graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo Sindical e na área de Assessoria de Imprensa. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná (2012-2015). Atualmente é professor e coordenador do curso de jornalismo do Centro Universitário Uninter.

3 Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1994), mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (1998) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Ponta Grossa dos cursos de graduação em Jornalismo e do Mestrado em Jornalismo em tempo de dedicação exclusiva. Foi presidente do Sindicato dos Docentes da UEPG (Andes S/N) gestão 2014-2016. Tem experiência na área de jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, critérios de noticiabilidade e educação, jornalismo e imprensa. Atualmente é coordenador do Grupo de Pesquisa Lógicas de Produção e Consumo do jornalismo - Diretório de Grupos da Capes e é Presidente da Associação Brasileira de Ensino do Jornalismo - FNPJ.

## Abstract

Alternative journalism has been present since the beginning of what is understood as journalism, looking more closely at the Brazilian context. Currently, there is a significant increase in alternative journalism initiatives. With the objective of contributing to the debate regarding current journalism, we present a study that seeks to substantiate what can be understood as alternative journalism, considering its conceptual genesis and the factors that favor its diffusion today. In this sense, it is a methodological proposal whose intention is to guide the perception about what these initiatives are and what they represent.

Keywords: Alternative journalism. Press. Digital. Brazil.

## Introdução

O surgimento de inúmeros sites de jornalismo a partir dos anos 2000 representa um desafio para os que defendem que o jornalismo está em crise. O enunciado só faz sentido quando se observa a crise por uma perspectiva mais ampla. Ou seja, é preciso considerar que jornalismo não diz respeito apenas ao que é veiculado por grandes empresas do ramo, muitas dessas sim, em crise, financeira, de credibilidade, de identidade, ou qualquer que seja o fator que coloca em risco o futuro do negócio.

Além da migração midiática dos veículos constituídos tradicionalmente no Brasil em suportes impressos, rádio e tevê, verifica-se o surgimento de uma série sites jornalísticos<sup>4</sup> que ganham relevância à medida em que as lacunas de informação vão se ampliando, diante da incapacidade do jornalismo *mainstream* de responder às demandas sociais, seja de cobertura dos fatos, pela imposição de interesses privados ou pela simples incompetência gerencial sobre os processos de produção, circulação e consumo de notícias.

Diante de um cenário favorável para iniciativas de baixo custo e aliado a uma predisposição histórica, o jornalismo alternativo ganha terreno no Brasil, apostando na segmentação do público e na especialização sobre determinados temas. Com uma estrutura mais fluída do que as das grandes empresas jornalísticas, os alternativos apresentam-se como opção não apenas para quem acessa seus conteúdos, mas também para quem faz jornalismo. A novidade é que agora, em tempos de internet, se configuram possibilidades de grande alcance, sustentação financeira e alta produtividade, o que atrai

4 Em uma pesquisa anterior, identificamos um total de 42 sites de jornalismo alternativo entre os anos de 2000 a 2015 em atividade (CARVALHO et al., 2015).

a atenção de novos e experientes jornalistas que procuram exercer a profissão diante do enxugamento das redações convencionais e de uma possibilidade maior de liberdade editorial.

Não entendemos o jornalismo alternativo como fenômeno. Não se trata de uma prática nova, tampouco revolucionária. Neste artigo demonstramos como ele está presente desde os primórdios do que se entende como jornalismo, observando mais atentamente o contexto brasileiro. Por outro lado, há um crescimento significativo de iniciativas de jornalismo alternativo e isto sim pode ser considerado um fenômeno.

Com o objetivo de contribuir para o debate a respeito do jornalismo na contemporaneidade, apresentamos um estudo que procura fundamentar o que pode ser entendido como jornalismo alternativo, considerando sua gênese conceitual e os fatores que favorecem sua difusão atualmente. Nesse sentido, trata-se de uma proposta teórica cuja intenção é orientar nossa percepção sobre o que são essas iniciativas e o que representam.

### **Gênese do jornalismo alternativo no Brasil**

Alternativo é um conceito que pressupõe a existência de um elemento predominante cuja razão é questionada por outro elemento. O reconhecimento do outro é a base do pensamento ético. Aristóteles (1991) denomina como (alter)idade, isto é, o oposto de (id)entidade, como o que se refere ao reconhecimento da existência do outro e, portanto, condição *sine qua non* para a existência da vida em sociedade. Afinal, é na relação com os demais que se manifestam os vícios e as virtudes, exigindo que o indivíduo lide com determinados dilemas que pressupõem eticamente a sua existência diante dos demais.

Assim, aquilo que é alternativo só pode existir quando se reconhece pela sua condição originalmente secundária, mesmo que negue sua inter-relação com o elemento primário. “Alterado é o vocábulo do qual uma parte é mantida e outra transformada” (ARISTÓTELES, 1991, p.274). Trata-se de uma relação que se mantém entre o elemento concebido primariamente e aquele que se apresenta secundariamente. O próprio conceito de “jornalismo alternativo” indica, portanto, a existência de um elemento comum, ou seja, a atividade jornalística, ainda que represente uma disputa para além do aspecto semântico.

A leitura etimológica de “alternativo” aponta para a união de duas palavras de origem latina: *alter* (outro, segundo) e *nativus* (nativo, natural, origem). O elemento alternativo é aquele que se origina de algo. O sujeito que busca alternativas procura opções que tenha como princípio outra gênese de ideias a respeito de um determinado assunto, cujo pensamento é predominado por um determinado raciocínio. Quando ocorrem alternâncias pode-se dizer que foram acionadas origens secundárias da razão.

Desse modo, a alternativa permite que se considere a existência de opções que, em geral, representam dilemas, ou seja, escolhas que indicam preferência por uma maneira de pensar no lugar de outra. De maneira inversa, a manutenção dos fundamentos de uma razão são aquelas “inalteradas”. Ainda assim, a alteração implica uma mudança sobre a origem de pensamento. Significa, então, que mesmo o “alter” relaciona-se a uma outra possibilidade a respeito de algo e só pode ser entendida como alternativo quando expressa sua relação de existência com o elemento predominante e assume seu caráter secundário.

Na relação mais essencial da existência humana, o *Ego* assume uma condição primária, subjetiva, enquanto o que é externo ao sujeito é tido como objeto. Hegel (2001) observa o dilema da relação entre o homem e o divino, destacando que a separação entre ambos foi fundamental para os ideais de liberdade. Este movimento disruptivo no qual o homem, então subordinado à divindade assume papel predominante na existência, representando a eterna disputa pela autoria da originalidade de certo pensamento que determina o papel primário e secundário dos elementos sociais, demarcando a constituição de novos paradigmas. É o que permitiu o desenvolvimento de uma cadeia de pensamentos que fundamentam a sociedade moderna.

Passando assim por cima para um lado (para tornar-se objeto de reflexão), a idéia estabelece o outro lado como realidade formal (*Fürsichsein*), como liberdade formal, como unidade abstrata da consciência própria, como reflexão infinita em si e como negatividade infinita (antítese). Assim ele se torna o Ego que, como um átomo (indivisível), opõe-se a todo o conteúdo e, dessa maneira, é a antítese mais completa – a antítese, nomeadamente, de toda a plenitude material do conteúdo e, por outro lado, a vontade livre absoluta. (HEGEL, 2001, p. 72)

O limite da ação livre, que considera a objetividade da existência, deve ser estranho à moral, uma vez que está sujeito aos vícios da comunidade e que se relaciona aos aspectos particulares. A universalidade instabiliza a realidade, tendo como

representante o elemento objetivo, externo (o outro), cujos propósitos se apresentam de modo alternativo. A liberdade torna-se, assim, um aspecto fundamental para a preservação da vida ética, uma vez que impõe limites para uma existência na qual interesses são essencialmente particulares. Seguindo o que se observa historicamente, ainda que o outro possa ser subjetivado, sua apresentação para a sociedade se mantém alternativa ao elemento predominante.

O jornalismo alternativo apresenta papel civilizador, nesse sentido. Se apresenta como “outro” jornalismo, ao assumir um caráter dialético presente, tanto nos nomes dos veículos (Agência Pública, Brasil de Fato, A Ponte, Jornalistas Livres por exemplo), como também na proposta de fazer um jornalismo diferenciado do que se verifica hegemonicamente, apresentando aspectos que propõem uma percepção diferente sobre a realidade. Estas iniciativas representam o espírito livre que move o senso crítico que transforma as estruturas sociais, impondo limites para os interesses particulares que possa se deixar escapar pela inflexibilidade do jornalismo convencional<sup>5</sup>. Mais do que isso: propõem uma outra forma de percepção da realidade cuja base de ação dialética disputa as atenções com os grupos jornalísticos dominantes, cujo propósito, em essência, é assumir este posto e de reorientar o pensamento sobre o que seria jornalismo.

As iniciativas de jornalismo alternativo se aproximam a grupos sociais que geralmente se apresentam como opositores à ordem vigente, como é o caso de movimentos sociais. Dentre os aspectos que contribuem para isso estão as concepções ideológicas relativamente distintas as da mídia hegemônica, tanto pela decisão de pautas de interesse público como pelo modo de produção, entre outros fatores. Mas o fato de estarem próximos de organizações contra-hegemônicas não torna o jornalismo alternativo contra-hegemônico. No que diz respeito ao modo de fazer, este jornalismo, por vezes, reproduz aspectos do jornalismo convencional. Os conteúdos publicados nos sites dos alternativos seguem, em geral, uma estrutura padrão que inclui o lide, a impessoalidade, a estrutura em forma de pirâmide invertida entre outros aspectos que compõem o que se entende como princípios da objetividade jornalística (CARVALHO, 2014).

---

5 Classificamos como convencional os veículos de comunicação cujas práticas de produção de conteúdos estão estabelecidas pelos fins comerciais. Assim, o termo é tomado aqui como oposição a alternativa, considerando principalmente a maneira como se apresentam os conteúdos. Nesse sentido, não se trata de um sinônimo para jornalismo hegemônico, ou seja, aquele que se estabelece pelo poder comercial e torna-se objeto de referência. Desse modo, é compreensível que mesmo uma iniciativa “independente” pode seguir o modelo convencional.

Uma vez que se verifica a reprodução da pretensa objetividade nos conteúdos jornalísticos, não se verifica a realização de um jornalismo revolucionário como propõe Genro Filho (2012). Ou seja, o jornalismo alternativo não deve ser lido como sinônimo de jornalismo revolucionário. Por outro lado, ainda que se aproprie dos modos de fazer do jornalismo convencional, os alternativos apresentam características próprias que historicamente demarcam seu papel social.

Atton e Hamilton (2008), ao estudarem o surgimento do jornalismo alternativo na Europa, apontam que suas origens datam de meados do século XIX, antes mesmo da consolidação do jornalismo como o grande negócio no século XX. Os chamados “jornais radicais independentes” ou “imprensa popular”, da Inglaterra e França, foram determinantes na popularização dos jornais. Destacaram-se pela sua capacidade de influenciar a opinião pública, sobretudo, a classe trabalhadora, cujas únicas fontes de informação em pequena e média escala eram aqueles que, mesmo de modo amador, eram capazes de tratar de questões trabalhistas, da situação de estrangeiros, aspectos como sufrágio e direitos humanos. São jornais que surgiram de associações e sindicatos por proximidades geográficas. Tinham caráter de oposição política ao jornalismo “dominante”, que havia se legitimado pelo seu caráter informativo.

Além da repressão, também foram determinantes para o desaparecimento destes jornais o pouco tratamento comercial que poderia garantir sua sustentação financeira. Sensível aos negócios, o jornalismo comercial se apropriou dos aspectos populares, possibilitando que o cidadão comum passasse a ter acesso aos conteúdos, seja pelos temas tratados, como pelo preço dos exemplares.

Esta mudança marca a passagem do que Atton e Hamilton (2008) chamam de um jornalismo “radical-popular” para um jornalismo “comercial-popular”, denominado também de “*penny press*”.

É o que permitiu que o jornalismo burguês, ou seja, aquele que colaborou decisivamente para a ascensão de uma nova classe social e para a mudança da autoridade, antes sob o domínio da nobreza e da igreja, se expandisse e se consolidasse não apenas como negócio, mas também como fórum legítimo dos debates e do interesse público que fez avançar o processo revolucionário herdado do movimento francês no século XVIII que reinstituiu a república como modelo de governo e os valores de liberdade e igualdade traduzidos em leis, normas e convenções pelos regimes ditos democráticos.

O desenvolvimento do jornalismo de oposição possibilitou que o jornalismo burguês deixasse de ser percebido como neutro ou natural. Ao impor publicamente novas percepções sobre a realidade, exigiu daqueles que viam o jornalismo como negócio um novo tratamento sobre as informações, dando espaço para novos temas e tornando menos monológicos os discursos.

As brechas do jornalismo comercial são a fonte que alimenta o jornalismo alternativo.

Alternative journalism proceeds from dissatisfaction not only with the mainstream of certain issues and topics, but also with the epistemology of news. Its critique emphasizes alternatives to, *inter alia*, conventions of News sources and representation; the inverted pyramid of News texts; the hierarchical and capitalized economy of commercial journalism; the professional, elite basis of journalism as a practice; the professional norm of objectivity; and the subordinate role of audience as receiver.<sup>6</sup> (ATTON; HAMILTON, 2008, p.1)

O jornalismo alternativo dos dias atuais é herdeiro dos ideais que visam difundir outras visões de mundo omitidas do jornalismo burguês. Desse modo, quanto mais autoritária é uma sociedade e, quanto mais a imprensa reproduz ou representa esse pensamento, maiores são as potencialidades para o jornalismo alternativo.

No Brasil as iniciativas de jornalismo alternativo se ligam a grupos sociais que geralmente se apresentam como resistentes à ordem vigente, como é o caso de organizações promotoras dos chamados movimentos sociais. Estes jornalistas reproduzem determinados princípios e técnicas, reconhecendo o capital social do elemento dominante, ou seja, dos jornais convencionais, ao mesmo tempo em que reivindicam grau maior de veracidade sobre os relatos. Isto ocorre por três fatores principais: este jornalismo pretende ser disruptivo, reivindicando um protagonismo com a intenção de inverter seu papel secundário no jogo em relação ao jornalismo convencional; pela necessidade em reafirmar seu caráter oposicionista, o que o aproxima aos grupos sociais aos quais se dirige e que os sustentam com informações ou como financiadores; por fim, para superar o estigma panfletário, movido por interesses partidários e pouco

---

<sup>6</sup> "Jornalismo alternativo avança pela insatisfação não apenas com o *mainstream* sobre certas questões e temas, mas também com a epistemologia da notícia. Esta crítica é enfatizada pelo alternativo sobre, *inter alia*, convenções e representações da notícia; a inversão da pirâmide no texto da notícia; a hierarquizada e capitalizada economia do jornalismo comercial, o profissional, a base de elite do jornalismo como prática, a norma profissional de objetividade e o papel subordinado da audiência como receptor."

aprofundado herdado dos impressos políticos e sindicais que se configuraram como as primeiras alternativas aos grandes meios de comunicação no Brasil.

A restrição às liberdades de opinião por meio de publicações impressas já era uma realidade no período colonial. Melo (1973) lista fatores que determinaram o atraso da imprensa brasileira em relação a outros países com o mesmo tempo de colonização, como os Estados Unidos. Dentre os fatores, estão justamente a censura imposta por Portugal. As poucas tentativas efêmeras antes da instalação da imprensa régia, em 1808, no Rio de Janeiro, “por assumirem um caráter de clandestinidade em relação à metrópole (não obstante contassem com o apoio explícito ou tácito das autoridades locais), revelaram-se infrutíferas, pelo acionamento do mecanismo repressivo do Estado”. (MELO, 1973, p. 150-151).

Em oposição à imprensa elitista brasileira, mantida por industriais e fazendeiros do início do século XX, a chamada imprensa operária assume papel importante na história do país. “É essa imprensa que, até 1930, não apenas sustenta a organização do movimento operário, mas desbrava os difíceis caminhos do exercício da cidadania para a sociedade brasileira em geral” (BECKER, 2009, p. 277). Representante de organizações sindicais, anarquistas e comunistas no Brasil, estes jornais, sob influência europeia, cumpriam um triplo papel: informar, organizar e agitar a classe trabalhadora dos centros urbanos do país, em reação ao capitalismo<sup>7</sup>.

Diante da fragilidade da recém-fundada república brasileira, os presidentes que se sucederam no início do século XX reprimiram as organizações, os movimentos e os jornais que poderiam provocar qualquer instabilidade política no país. Os jornais liberais, por outro lado, tratavam de garantir a tribuna oficial dos governantes e de colocar nas páginas policiais os movimentos contestatórios. Conforme demonstra Ferreira (1988), neste período, muitos jornais desapareciam devido aos problemas financeiros, uma vez que uma grande parcela dos trabalhadores era analfabeta ou não tinha condições de financiar jornais. Mas também contribuíram para a irregularidade na periodicidade destes

---

7 Araújo e Cardoso (1992), que desenvolveram um levantamento histórico destes jornais no Paraná, neste período, apontam o embate político travado entre os jornais da época. Enquanto as iniciativas empresariais se alinhavam ao projeto liberal, os jornais operários se posicionavam em favor do anarquismo ou do socialismo. “Sem atrelamento ao Estado sem concessões ao sistema capitalista, a imprensa operária disputava com a imprensa de pequeno porte, o acesso às classes subalternas. Trabalhava com idéias e doutrinas, matéria-prima necessária para forjar a pretendida consciência de classe pelo movimento socialista.” (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p. 135).

jornais as perseguições do Estado em forma de prisões de lideranças e “jornalistas”, quebra de oficinas gráficas e confisco de materiais como ferramentas de trabalho e matéria-prima (papel).

Por outro lado, os jornais de viés comercial no Brasil, dependentes de recursos públicos ou favores políticos para sua sobrevivência, logo assumiram papel condescendente com os governos que se sucederam (SODRÉ, 1999). Os que se mantinham em oposição ou que não mantinham seus jornalistas sob controle eram reprimidos, como no golpe de 1930, que culminou com a posse de Getúlio Vargas, no lugar de Júlio Prestes, quando foram presos jornalistas de cinco periódicos no Rio de Janeiro. Em seguida, como presidente da república, Vargas tratou de financiar jornais que o apoiavam e de reprimir aqueles que se colocavam contrários ao seu governo, tendo como principal agente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Após a interrupção do chamado “período democrático”, demarcado pelo fim do governo de Vargas em 1955 e o golpe militar em 1964, o governo aprofundou ainda mais a política de repressão de veículos e jornalistas opositores e de beneficiamento de grupos que se posicionavam a favor dos militares.

O principal símbolo das mudanças operadas no jornalismo brasileiro a partir de então, é a decadência dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, então principal magnata das comunicações no Brasil, e a ascensão de Roberto Marinho a da Rede Globo. Conforme demonstra Ortiz (1994), além do financiamento estatal de toda uma infraestrutura para a constituição de uma rede nacional, com a criação da Embratel e associação ao sistema Intelsat, em 1967, a família Marinho também se beneficiou, por meio da omissão do governo, em relação às irregularidades cometidas no famoso acordo Time-Life<sup>8</sup>.

O advento da imprensa comercial, que substitui em grande parte a imprensa política dos anos anteriores, financiada pela publicidade e voltada para o mercado, marca a emergência de uma etapa que tende a se definir como um processo de despolitização. (ORTIZ, 1994, p. 151)

---

<sup>8</sup> Apesar de investigada pelo acordo Time-Life, considerado ilegal, segundo a legislação brasileira, uma vez que interesses americanos estariam sendo veiculados pela emissora, a Globo não sofreu problemas, justamente porque estabelecia uma aliança com o governo. (ORTIZ, 1994)

As mudanças aprofundadas nos anos 1960, que constituíram as bases para a consolidação da indústria cultural no Brasil, foram determinantes para o favorecimento de um tipo de jornalismo no Brasil, marcado pela concentração de meios de comunicação nas mãos de alguns poucos empresários. A limitação da pluralidade de opiniões, o jornalismo declaratório, o oficialismo, a complacência com governos elitistas, enfim, as restrições do direito à informação na imprensa brasileira são efeitos de um modelo cuja lógica é aquela que reforça determinados tipos de pensamento em detrimento de outros.

Aqueles que não estavam aliados a estes interesses eram reprimidos, perseguidos e até assassinados. Segundo o relatório da Comissão da Verdade e Memória dos Jornalistas, foram comprovados 50 casos de perseguição a jornalistas durante os anos 1964 e 1983, e mais 16 mortes comprovadas por questões políticas executadas diretamente por agentes do governo (NASCIMENTO, 2014).

É justamente no período considerado de maior censura no Brasil, quando são identificadas as principais iniciativas alternativas jornalísticas na história do Brasil. Kucinski (1991) aponta a existência de 150 periódicos<sup>9</sup> durante a ditadura militar, conhecidos como imprensa alternativa ou nanica. Estes eram impressos que se apresentavam como “opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o de desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.” (KUCINSKI, 1991, p. XIII)

Impressos como Movimento, Pasquim, Opinião, Coojornal, Versus, Em Tempo, Resistência, Pif-Paf, entre outros, tinham em comum a denúncia à violação de direitos e torturas, criticavam o modelo econômico, opunham-se ao discurso oficial e à chamada “chuva de releases” do jornalismo convencional e, por isso, muitos foram presos e censurados previamente.

De inspiração marxista, a imprensa alternativa dos anos 1960-1970, geralmente voltava-se para temas políticos. Expressavam um marco contra-cultural, influenciados também pelos movimento de maio de 1968 ocorridos na França e denunciavam o papel da ditadura militar como instrumento a serviço da burguesia.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações

---

<sup>9</sup> Os critérios de seleção e busca destes veículos não estão especificados no livro de Kucinski. Apesar disso, ele cita uma série de impressos reconhecidos pelo trabalho jornalístico.

institucionais que propunham a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. (KUCINSKI, 1991, p.XVI)

Para os jornalistas que atuavam na imprensa convencional e se opunham à ditadura, mas eram censurados, o alternativo era opção de exercício da liberdade jornalística. Os jornalistas eram não apenas consumidores dos conteúdos dos veículos alternativos, mas também colaboravam com conteúdos que não poderiam ser publicados em seus empregos formais, geralmente utilizando pseudônimos, além de também apoiarem financeiramente os alternativos. Apesar disso, as iniciativas não se mostraram sustentáveis.

Segundo Kucinski (1991), três questões foram cruciais para a efemeridade desse jornalismo. Primeiramente, o modelo ético-político leninista que implicava em uma contradição com princípios de liberdade editorial. Os veículos acabaram incorporando disputas partidárias, retirando do centro o interesse jornalístico. Outro problema seria o direcionamento dos conteúdos para um público específico já esclarecido, de intelectuais, o que dificultou a popularização destes impressos. Decorre daí o terceiro problema, o financiamento destes veículos, que dificilmente se bancavam sem que dependessem de sindicatos, partidos políticos e movimentos populares ligados à igreja e outras entidades da sociedade civil.

A incapacidade de sustentação financeira é um elemento fundamental neste debate, já que naquele período os únicos suportes praticamente disponíveis para iniciativas independentes eram os impressos. A impressão era extremamente custosa e demandava profissionais altamente capacitados em determinadas atividades que não contavam com os recursos tecnológicos atuais. Além dos altos custos de matéria-prima, também deveriam entrar na conta a demanda por serviços terceirizados como, por exemplo, a distribuição, sem falar das investidas governamentais contra essas iniciativas que resultavam na apreensão de exemplares, na censura a conteúdos, na prisão de jornalistas ou em intervenções durante processos de produção.

O jornalismo alternativo, portanto, não se constitui como novidade. Trata-se de jornalismo marcado pela proposição dialética que, se observado como um jornalismo de oposição ao jornalismo convencional, liberta-se da compreensão datada da chamada imprensa alternativa dos anos 1960/1970 no Brasil. O jornalismo alternativo é fruto da incapacidade do jornalismo convencional em assegurar, de fato, um espaço público, uma

vez que está condicionado pelo seus interesses particulares ou pela sua dependência governamental.

### Fatores atuais favoráveis ao jornalismo alternativo

Chamamos de jornalismo alternativo todos aqueles sites que não têm caráter comercial, portanto, não visam lucro, conforme Oliveira (2009) e Atton e Hamilton (2008). Inclui-se na definição, coberturas e apurações de fatos cujos temas não estão presentes na mídia convencional ou narrativas cujas construções se diferem do que se apresenta no jornalismo convencional, marcadas pela consulta a outras fontes e por narrativas que adotam outros critérios para a hierarquização de informações.

Nesse sentido, consideramos que o jornalismo alternativo pressupõe uma atividade profissional, reconhecida pela adoção de procedimentos profissionais, independente do veículo ou plataforma, na qual se estabelece algum tipo de remuneração pela atividade desenvolvida, tal qual definem Alsina (2009) e Traquina (2012). Nesse sentido, pode-se reconhecer como jornalismo alternativo não apenas aquilo que parece jornalismo, mas aquilo que implica em maneiras de significação dos acontecimentos para a sociedade e que podem ter influência em aspectos éticos para a profissão a partir da adoção de outras maneiras de se fazer jornalismo.

Diferencia-se o jornalismo alternativo, portanto, das práticas ativistas, militantes, amadoras, pseudo-jornalísticas ou pseudo-alternativas, cujo objetivo principal pode ser a imposição de interesses particulares ou de grupos, compreendendo que o princípio básico do jornalismo é a construção de notícias e reportagens que tenham como objetivo o interesse público.

Ao procurar definir conceitualmente a *práxis* do jornalismo alternativo, Oliveira (2009) a entende como:

perspectiva a reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. [...] passa pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais, pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor. (OLIVEIRA, 2009, p.6).

Em um sentido mais amplo, podemos considerar como alternativo toda a produção noticiosa que não tem o lucro como primeiro objetivo. Ele se legitima pela “apresentação de novas possibilidades de ambiências” (OLIVEIRA, 2009, p.7). Propõe, portanto, uma forma de percepção da realidade diferenciada do que é apresentado comercialmente. Nesse sentido, é condição do jornalismo alternativo a sua relação de independência em relação a grupos empresariais, o que torna todo jornalismo alternativo independente, mas não o contrário, uma vez que ainda que independente, as temáticas podem não propor uma perspectiva dialética da realidade.

Há um elemento, portanto, que deve ser considerado na relação entre quem produz a notícia e quem lê. Trata-se da capacidade de tornar público aquilo que é omitido pela mídia. Para Downing (2002), o que garante audiência para o que ele chama de mídia radical alternativa, em uma perspectiva mais ampla do que a de jornalismo alternativo, é justamente sua capacidade de expressar anseios populares fomentados por meio da cultura popular. É o que permite a relativa independência do jornalismo aos poderes constituídos.

Se a cultura popular é o principal elemento da mídia radical, os movimentos sociais não o são necessariamente. Tanto Oliveira (2009), como Downing (2002), Atton e Hamilton (2008) e Kucinski (1991) reconhecem a proximidade que se estabelece entre ambos, justamente porque os movimentos sociais tendem a expressar contradições sociais.

Ao descrever o conceito de “mídia radical”, Downing (2002) aponta que sua natureza conserva relativa independência aos poderes constituídos e carrega a marca de porta-voz de anseios populares. Daí sua relação com a cultura popular, tornando público algo que geralmente está apartado dos debates da agenda midiática ou institucional. Um exemplo citado por ele, é o papel fundamental na mudança cultural, social e política que a “mídia clandestina” teve nos Estados Unidos, na subversão da ordem vigente (DOWNING, 2002, p.205-207).

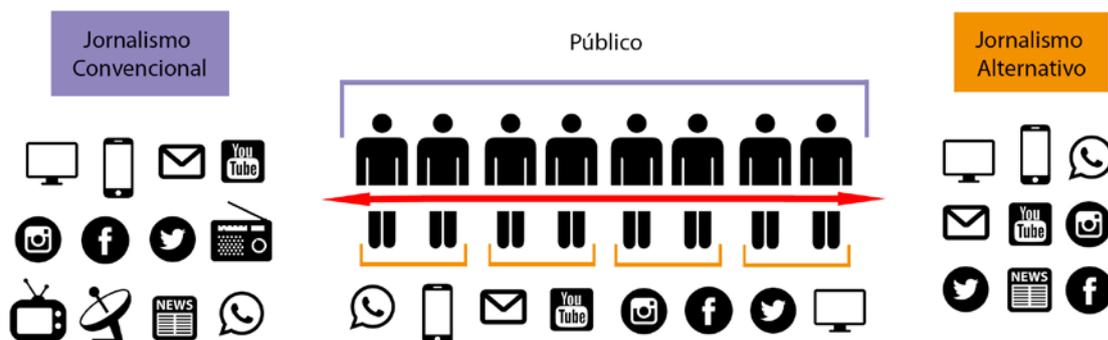
Por outro lado, a mídia radical atua no sentido de corromper o tradicional processo de comunicação, uma vez que o fluxo da mensagem passa a ser emitido por outros *players*, além dos grandes meios de comunicação, rompendo com o fluxo de comunicação descendente. Ao mesmo tempo, também os novos fluxos decorrentes do fenômeno *peer-2-peer* (*p2p*) contribuem para o reconhecimento de iniciativas independentes, fortalecendo novos *players* que atuam em consideração aos meios de

comunicação convencionais e próximos dos anseios populares, associando-se, não raras vezes, aos próprios grupos de interesse populares. Os veículos alternativos atuam com questões relacionadas à realidade das classes mais desfavorecidas ao dar espaço para determinadas vozes omitidas ou subestimadas no jornalismo convencional.

Na figura 1 apresentamos um esquema que descreve os fluxos de informação, considerando os recursos digitais. Nesse modelo, a direção das informações não é mais descendente, determinada exclusivamente pelas grandes empresas jornalísticas. O processo agora inclui um fluxo horizontalizado, no qual não apenas o público passa a se comunicar com os grandes meios, chamados aqui de “jornalismo convencional”, como também se comunicam entre si, utilizando os vários dispositivos e ferramentas disponíveis em ambiente digital. Um outro *player* também participa deste cenário: o jornalismo alternativo, que reforça os aspectos horizontais dos fluxos de informação, também se apropriando de tecnologia digital, resguardadas as diferenças de acesso a determinadas ferramentas, como é o caso da transmissão de conteúdo via rádio-frequência ou satélite. Porém, diferentemente do jornalismo convencional que geralmente atua com conteúdos em massa, o jornalismo alternativo utiliza uma tática diferenciada de comunicação segmentada que, de modo fragmentado, lhe permite atingir grupos sociais específicos que, somados, constituem-se em um conjunto abrangente do público. Este, por sua vez, localizado entre ambos os tipos de jornalismo, é capaz de fazer circular a informação levando-a de uma ponta a outra, provocando o processo inverso de comunicação, também chamado de *gatewatching*, sobre os dois tipos de jornalismo.

34

Figura 1 – Fluxo de informações



Fonte: Os autores

Atton e Hamilton (2008) acreditam que a internet contribui para que o jornalismo alternativo supere um dilema histórico. Ao possibilitar que o jornalismo convencional passe a ser monitorado pelo público em comparação com o jornalismo alternativo e com o modelo *p2p*, o *gatekeeping* jornalístico passou a conviver com o *gatematching*, possibilitando um processo de comparação e crítica do jornalismo pelo próprio público. O jornalismo alternativo, mais disposto à colaboração, se apresenta mais adaptado a esta nova realidade na qual o público é também um contribuinte entusiasta. Este modelo, adotado também pelos jornais convencionais, reduziu os preconceitos que o jornalismo alternativo poderia sofrer ao manter práticas editoriais mais abertas, isto é, participativas ou “menos profissionais”.

Por outro lado, os princípios de objetividade e imparcialidade que historicamente determinam a ética jornalística e que, portanto, distinguem os profissionais dos amadores, estão menos presentes nas práticas alternativas. No jornalismo alternativo, os limites estão mais borrados, uma vez que é marca desse jornalismo a expressão explícita do posicionamento político sobre determinadas questões, sobretudo no que diz respeito a aspectos humanistas. Este tratamento diferenciado em relação ao “*mainstream*”, segundo Atton e Hamilton (2008), sensibiliza de modo mais profundo determinados grupos sociais, favorecendo o estabelecimento de laços entre jornalistas, entre veículos alternativos e segmentos do público.

Um exemplo disso são as novas narrativas protagonizadas por jornalistas alternativos como é o caso do chamado *active witnessing* (testemunho ativo), no qual o jornalista se insere em determinada situação e relata em tempo real determinados acontecimentos, assumindo também o papel de ativista em determinados movimentos. “These often include members of local communities, protesters and activists: ‘ordinary’ voices compared to the ‘privileged’ voices of elites<sup>10</sup>.” (ATTON; HAMILTON, 2008, p. 89).

Em parte, a vantagem dos jornalistas alternativos está na credibilidade que constroem com determinados grupos sociais e fontes de informação que se sentem confiantes em ceder determinadas informações ou propor pautas, o que não aconteceria com jornalistas de veículos convencionais.

10 “Estes frequentemente incluem membros de comunidades locais, manifestantes e ativistas: vozes ‘ordinárias’ comparadas às vozes ‘privilegiadas’ das elites.”

Essa diferença nos leva a considerar que nem todo veículo que disponibiliza conteúdos populares deve ser considerado como jornalismo alternativo. Mas todo jornalismo alternativo só pode ser considerado como tal quando estabelece relações com a cultura popular, daí a importância de compreender o que é cultura popular como propõe Downing (2002) a partir da leitura de Martin-Barbero (2009). Assim, o jornalismo alternativo inclui essencialmente uma relação com aspectos populares.

Como já expusemos anteriormente, países latino-americanos, onde os meios de comunicação estiveram concentrados em grandes oligopólios comerciais, dificultando a pluralidade de opiniões e o direito de acesso à comunicação e informação ao cidadão, geraram condições para práticas alternativas. Com a potencialização da abrangência dos veículos, a segmentação dos conteúdos e a redução dos custos (já que não existe mais a necessidade de impressão para difusão de conteúdos), um antigo problema para a mídia alternativa, apontado por Kucinski (1991), parece estar se resolvendo. A internet permite um crescimento da audiência segmentada de modo a contribuir mais significativamente para formar opinião, ao mesmo tempo em que não necessita grandes recursos para divulgação. Essa nos parece a novidade que pode propiciar maior sustentabilidade destes veículos, diferentemente dos impressos que, em geral, enfrentam dificuldades financeiras. Uma grande vantagem destes novos veículos alternativos, portanto, está na possibilidade de serem encontrados pelo seu público-alvo de forma rápida, fácil e gratuitamente, por meio do que Anderson (2006) chama de “mercado de nicho”.

A percepção das características dessa nova imprensa alternativa deve estar orientada pela luz dos conceitos já elaborados anteriormente a fim de comparar suas práticas e buscar as matrizes que a definem ontologicamente. Mas, para além disso, entendemos que é preciso analisar que tipo de jornalismo está sendo construído e quais implicações ele traz para a práxis jornalística, uma vez que podem ser compreendidos como concorrentes ao jornalismo convencional. Afinal, é possível que novas referências estejam sendo estabelecidas a partir da interação entre aquilo que se entende como práticas alternativas, aliada ao uso de novas tecnologias.

Compreendemos jornalismo alternativo como uma atividade cujo profissionalismo orienta o processo de produção. Nesse caso, podem-se considerar práticas alternativas os aspectos relacionados ao modo de fazer, para além dos aspectos ligados à formação superior ou registro profissional, ainda que estes sejam indicadores relevantes. Também consideram-se os mecanismos de financiamento e os fins não lucrativos, que determinam

o grau de liberdade editorial e as temáticas contra-hegemônicas<sup>11</sup> abordadas pelos veículos e que se propõem a apresentar temas não tratados na mídia convencional (DOWNING, 2002, KUCINSKI, 1991 e OLIVEIRA, 2009).

Inserido, portanto, na perspectiva de que o jornalismo alternativo diferencia-se do que se considera como jornalismo convencional, seria incompatível com a proposta que veículos dessa natureza reproduzissem temáticas, fontes, abordagens ou mesmo conteúdos de veículos convencionais. Além disso, seria preciso verificar se o que está sendo publicado poderia, antes de tudo, ser considerado jornalismo. Assim, é imprescindível observar aspectos que contribuam para encontrar respostas quanto aos processos de produção jornalísticos e quanto à alternatividade dos conteúdos.

### **Considerações finais**

A internet traz novas possibilidades para o jornalismo alternativo. Além da redução nos custos de produção e distribuição, o ambiente digital proporciona uma grande possibilidade de audiência de modo que sua relevância social seja mais significativa, sobretudo no que diz respeito ao público jovem, mais habituado à plataforma digital e que, em geral, é mais suscetível às novidades. Este cenário deve considerar, no entanto, que suportes tradicionais de comunicação como a televisão ainda é o meio de maior audiência.

O surpreendente crescimento da imprensa escrita como decorrência da internet é um dos fenômenos atuais que exige a reflexão de profissionais e pesquisadores que buscam compreender os efeitos das novas tecnologias sobre o jornalismo. Em um cenário privilegiado para a comunicação e as tecnologias que potencializam a capacidade produtiva e o acesso, o jornalismo é uma das atividades mais sensíveis ao contexto descrito por Barbero (2006), como aquele em que predominam meios difusos de conhecimento, mudanças profissionais e trabalhistas, novas narrativas, o fim das barreiras temporais e geográficas dos conteúdos disponíveis, uma nova exigência cidadã global sobre estes conteúdos e novas formas de relacionamento que têm a tecnologia como vetor.

Ramonet (2012) fala de uma crise de identidade do jornalismo resultante do enfraquecimento de empresas tradicionais de comunicação que detêm verdadeiros monopólios em decorrência da crise do modelo de negócio. Ao construir a realidade social

---

11 A partir do conceito gramsciano de hegemonia. Ver Gramsci (1976).

como realidade pública e socialmente relevante, os jornalistas institucionalizam códigos que determinam a interação com o público, segundo Alsina (2009). Este reconhecimento social, por outro lado, convive com o mimetismo leigo ou ativista que tem pouco compromisso com o campo do Jornalismo ou com a realidade de um negócio em que o lucro se sobrepõe ao interesse público.

O jornalismo alternativo avança na medida em que o jornalismo convencional reduz sua capacidade de representar o interesse público. Diante das estratégias empresariais que procuram reduzir custos de produção de notícia, ganham relevância as iniciativas de jornalismo testemunhal que aproximam o jornalista dos acontecimentos e o público de uma experiência mais verídica. Essa tem sido uma marca dos sites de jornalismo alternativo do Brasil.

## Referências

ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. *In: Poética / Aristóteles*; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ATTON, Chris; HAMILTON, James. *Alternative journalism*. Londres: Sage, 2008.

BECKER, Maria Lúcia. Mídia alternativa: antiempresarial, antiindustrial, anticapitalista? *In: WOITOWICZ, Karina Janz. Recortes da mídia alternativa: histórias 7 memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

CARVALHO, Guilherme. Jornalismo alternativo na era digital: análise de reportagens da Agência Pública. **Revista Alterjor**, Vol. 2, No 10. jul-dez. São Paulo: USP, 2014.

\_\_\_\_\_; BONA, N. ; RIBEIRO, A. ; GIUVANUSI, R. ; BECKER, D. ; ANDRADE, J. ; CAVIQUIOLI, G. . Jornalismo alternativo? um retrato das iniciativas digitais brasileiras. *In: I Anais do I Congresso Internacional Uninter de Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade*. Curitiba: Uninter, 2015. v. 1. p. 659-664.

DOWNING, J. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

**Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p.21 -39, Jan/Jun 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página aberta, 1991.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MELO, José Marques. **Sociologia da imprensa brasileira**: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.

NASCIMENTO, Luciano. Fenaj recebe relatório sobre jornalistas perseguidos na ditadura. Brasília: Agência Brasil, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/fenaj-recebe-relatorio-sobre-jornalistas-perseguidos-na-ditadura>. Acesso em: 3 abr. 2017.

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta**. In: SBPJor. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: USP, nov. 2009.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**, São Paulo: brasiliense, 1994

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 3 ed. v. 1. Florianópolis: Insular, 2012.